

## ATA Nº 252

Aos vinte dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, às treze horas e trinta minutos, reuniram-se de forma ordinária, nas dependências do Plass, os membros do Conselho de Administração do Impres: Juliana Kusnier, Marcos Antonio Bordin da Rosa, Rafael Martini Veiga, Rubia Karen Provensi, Fabiano Grandó Poletto, Nivia Moreira Barreto, Andre Sauer, Sulany de Fatima Bortolozzo Welter e Loeri Jose Luvison. O primeiro assunto discutido foi o recebimento do ofício encaminhado pelo Conselho Fiscal informando que o mandato dos conselheiros encerrou na data de trinta e um de outubro, antes da aprovação da lei de reforma previdenciária. Segundo o entendimento do Conselho Fiscal, os membros não possuem mais competência para exercer suas atribuições. No entendimento do Conselho de Administração os conselheiros indicados não têm seu mandato cessado com o fim do prazo do mandato dos eleitos, assim se os servidores indicados não mais quiserem participar do referido conselho deverão encaminhar pedido ao prefeito ou responsável legal do SIMAE solicitando o desligamento para ser realizada nova indicação, contudo permanecem investidos na função até que os novos indicados assumam, já os conselheiros eleitos, se assim desejarem, poderão ter seus mandatos encerrados e o instituto adotará as medidas previstas na legislação para prosseguir com as atividades. O Conselho de Administração neste momento agradece a colaboração e os trabalhos dos colegas do Conselho Fiscal que, eventualmente, se desliguem neste momento. Cabe ressaltar que o assunto da prorrogação de mandato foi amplamente discutido e que os conselheiros de administração também não queriam continuar na função, mas visando o bem do instituto, a busca da certificação no programa pró-gestão e a transição da legislação atual para a nova, optaram por aceitar a prorrogação do mandato até a homologação da primeira eleição regida pela nova legislação. Agora com a lei aprovada, o Conselho de Administração está trabalhando no edital de eleição e durante o mês de janeiro o mesmo será encaminhado à Diretoria para análise e o processo de eleição dos novos conselhos, terá início o mais breve possível, provavelmente, em 02 de março de 2022. Ficou definido também que será aguardado cópia da manifestação da Diretoria Executiva da resposta dada ao Conselho Fiscal. Registra-se que o Controle Interno do município solicitou informações ao Tribunal de Contas, em virtude da não realização da eleição, sendo que auditor do citado Tribunal contactou o Instituto e apresentou seu entendimento sobre a questão. Segundo informação preliminar, a Diretoria Executiva irá buscar agendar reunião com o Controle Interno, os Colegiados e Diretoria Executiva para esclarecimentos dos fatos, uma vez que o assunto saiu da esfera do instituto e seus conselhos. Em relação ao projeto de reforma previdenciária, o chefe do poder executivo vetou todas as emendas sugeridas pelos vereadores. Após o retorno do projeto a Câmara de Vereadores o veto foi derrubado. Decorrido o prazo legal, o presidente do poder legislativo sancionou o projeto de lei na data de 30 de novembro e a publicação na imprensa oficial foi realizada no dia 1º/12/2021, portanto a reforma

entrará em vigor em 1º/03/2022. Após a publicação, o prefeito ingressou com Ação Direta de Inconstitucionalidade contra parte da Lei, tendo parte dos pedidos deferidos, através de medida liminar, o que resultou na suspensão de parte de artigos e na alteração da redação de outros. O terceiro assunto foi o Plano Institucionalizado de Gestão de Risco Atuarial discutido na reunião, na data de nove de dezembro o diretor de previdência, Tiago Dupont Giumbelli, realizou uma live de apresentação do plano, onde os conselheiros que participaram da live, repassaram as informações para os demais. O plano foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade. O Plano Institucionalizado entrará em vigor a partir de 01 de julho de 2022. O diretor financeiro Johnny George Oliveira de Carvalho participou da reunião para falar sobre a Política de Investimento do ano de dois mil e vinte e dois, salientando que na data de vinte e cinco de novembro de dois mil e vinte e um, o Conselho Monetário Nacional divulgou a Resolução nº 4.963 alterando algumas regras para aplicação de recursos nos regimes próprios de previdência, uma das alterações está relacionada à taxa de juros, que ocasionará um aumento no déficit atuarial. A meta estabelecida para o próximo exercício foi de INPC mais 4,87%, comentou ainda que foram feitos os ajustes necessários pelo Comitê de Investimentos e pela Diretoria Executiva, para o instituto estar adequado a nova Resolução, que não modificou o teor do que foi apresentado na live da assessoria, que desta forma o instituto encaminhará dentro do prazo o DPIN. A Política de Investimento foi colocada em votação, sendo aprovada pela maioria dos conselheiros, apenas o conselheiro André Sauer se absteve da votação, por ter aprovado a mesma junto ao Comitê de Investimento. O diretor financeiro falou que foi editada Resolução que regulamenta parte das questões necessárias para concessão de empréstimos consignados pelo Instituto, mas que ainda será necessária a edição de novas normativas e a realização de estudos de viabilidade pelo IMPRES para aferir se tal medida será vantajosa ao Instituto. Em relação a locação da sala no Edifício Ermacenter, o contrato já está assinado e a mudança deverá ocorrer em breve. No mês de dezembro ocorreram duas aposentadorias: Jair Leme da Silva e Rosangela Pelicioli. Encerrada a pauta da reunião a presidente, Juliana Kusnier, fez um agradecimento especial a todos os conselheiros pelo comprometimento, empenho e dedicação ao longo dos quatro anos, principalmente no período turbulento da reforma da previdência onde todos representaram o instituto pautados nos princípios de democracia e transparência, bem como neste período de processo eleitoral que os membros eleitos e indicados permanecerão até findar o pleito eleitoral. Informou também que no mês de janeiro não será realizada reunião.